

Sumário

DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL

1. A INADEQUAÇÃO DA ALOCAÇÃO TOPOLÓGICA DOS ALIMENTOS NA CODIFICAÇÃO CIVIL BRASILEIRA 1

Marcos Jorge Catalan

1. Refletindo acerca da alocação inadequada dos alimentos no Código Civil brasileiro 1
2. A solidariedade familiar e o caráter existencial dos alimentos 3
3. Socorrer, assistir ou nutrir, eis a questão 7
4. Referências 8

DIREITO NOTARIAL E

PARTE GERAL DO DIREITO CIVIL

2. ESCRITURA PÚBLICA DE PACTO ANTENUPCIAL PARA MAIORES DE SETENTA ANOS 11

Karin Regina Rick Rosa

1. Introdução 11
2. Escritura pública de pacto antenupcial 12
3. Conteúdo do pacto antenupcial 16
4. Opções de regimes de bens 18
5. Regime de bens da separação obrigatória para maiores de setenta anos 19
6. Possibilidade de lavratura da escritura pública de pacto antenupcial por maiores de setenta anos 27
7. Referências 28



RESPONSABILIDADE CIVIL

3. BULLYING ESCOLAR E O DEVER DE INDENIZAR 31

Isabel Cristina Porto Borjes

1 Introdução	31
2. Identificação do <i>bullying</i> escolar.....	32
3 O <i>bullying</i> como fonte geradora do dever de indenizar.....	37
4. A responsabilidade dos pais, das escolas e do próprio menor agressor	40
5. Considerações finais	52
6. Referências	53

4. A COMPENSAÇÃO DOS DANOS MORAIS NO DIVÓRCIO, APÓS A EC Nº 66 DE 13 DE JULHO DE 2010 55

Caroline Vaz

1. Introdução	55
2. O divórcio no sistema jurídico-constitucional vigente.....	57
3. A responsabilidade civil e os danos morais na atualidade.....	62
4. A compensação dos danos morais no divórcio.....	66
5. Considerações finais	71
6. Referências	72

CONTRATOS

5. O ASSENTIMENTO DOS COMPANHEIROS NA COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL 75

Cristina Stringari Pasqual

1. Introdução	75
2. O direito dos contratos e a necessidade de outorga do cônjuge.....	77
3. A exigibilidade da outorga do cônjuge na alienação de imóveis	81
4. A recepção da união estável no sistema jurídico brasileiro	86
5. A publicidade da união estável e os efeitos perante terceiros	90
6. Considerações finais	94
7. Referências	95

DIREITO DAS SUCESSÕES**6. REFLEXOS DO REGIME DE BENS DO CASAMENTO E DA AUTONOMIA DA VONTADE NO DIREITO DAS SUCESSÕES** 97*Fernanda Siqueira Fiorin*

1. Introdução	97
2. Do regime de bens do casamento e a autonomia da vontade.....	99
3. Do direito hereditário do cônjuge em concorrência com descendentes no regime da separação convencional de bens	101
4. Do direito hereditário do cônjuge em concorrência com descendentes quanto aos bens incomunicáveis do <i>de cujus</i> no regime da comunhão universal de bens	104
5. Considerações finais	106
6. Referências	107

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**7. CRÍTICAS DE NATUREZA PROCESSUAL À REGULAÇÃO DOS ALIMENTOS NO PROJETO DE LEI DO ESTATUTO DAS FAMÍLIAS** 109*Fabrcio Dani de Boeckel*

1. Introdução	109
2. A importância de alcançar uma “tutela específica” e o obstáculo proposto pelo Estatuto das Famílias à perseguição desse objetivo	111
3. O insuficiente rol de títulos hábeis a ensejar a execução de alimentos, segundo previsto no Projeto de Lei.....	118
4. A inconstitucionalidade da autorização para reanalisar a proporcionalidade da fixação de alimentos depois do trânsito em julgado.....	123
5. Considerações finais	128
6. Referências	130

**8. DIREITO DE FAMÍLIA “URGENTE”: O LASTRO METAFÍSICO
DAS PROVIDÊNCIAS PROCESSUAIS DE URGÊNCIA
NO DIREITO FAMILIAR** 133

Cristiano Becker Isaia

1. Introdução.....	133
2. A crise do procedimento ordinário e os rompantes processuais de urgência no seio do Direito de Família.....	134
3. A dimensão estrutural do Processo Civil de urgência na proteção-satisfação dos direitos de índole familiar.....	141
4. Considerações finais.....	153
5. Referências.....	154

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
**9. O CASAMENTO E SEU RECONHECIMENTO FORA DA
JURISDIÇÃO LOCAL: LIMITES E INCERTEZAS ATUAIS** 157

Paula de Jesus Martins

1. Introdução.....	157
2. Lei local – <i>lex loci</i> – como elemento de conexão determinante da capacidade para casar.....	159
3. Conflito entre a lei do local da celebração do casamento e a lei brasileira.....	164
4. Referências.....	168

DIREITO PENAL
**10. A FAMÍLIA SOB O PRISMA DO DIREITO PENAL:
DO CÓDIGO PENAL DE 1940 AOS DIAS ATUAIS** 169

Francis Rafael Beck

1. Da década de 1940 à de 2010: os novos paradigmas familiares, sociais e jurídicos.....	169
2. A tutela da família no âmbito do (septuagenário) Código Penal de 1940: do bem jurídico constitucional aos crimes em espécie.....	171
3. A família na legislação penal extravagante: criança e adolescente, idoso e violência doméstica contra a mulher.....	178
4. Considerações finais: o futuro dos crimes contra a família.....	184
5. Referências.....	186

NANOTECNOLOGIAS

11. AS NANOBIOTECNOLOGIAS E A PROIBIÇÃO DE INTERFERIR NA COMUNHÃO DE VIDA INSTITUÍDA PELA FAMÍLIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO ART. 1.513, DO CÓDIGO CIVIL, FRENTE AOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS	187
---	-----

Wilson Engelmann

1. Introdução	187
2. As nanobiotecnologias: (re)descobrimo a vida e a ingerência das tecnologias em escala nanométrica	189
3. A família livre de ingerência externa como o <i>locus</i> à projeção da dignidade da pessoa humana	193
4. A pessoa, as nanobiotecnologias e a revisão da Teoria do Fato Jurídico de Pontes de Miranda: criando espaços jurídicos adequados para os novos direitos vinculados à família	198
5. Considerações finais	203
6. Referências	204

BIOÉTICA

12. REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA FECUNDAÇÃO ARTIFICIAL POST MORTEM NO DIREITO BRASILEIRO	207
---	-----

Fernanda Frizzo Bragato e Taysa Schiocchet

1. Introdução	207
2. Os avanços biomédicos e o surgimento da bioética	209
3. Técnicas de reprodução humana assistida e a concretização do projeto parental	211
4. Reflexos das técnicas de fecundação artificial <i>post mortem</i> no Direito de Família e Sucessório brasileiro	215
5. Controvérsias éticas e jurídicas da inseminação artificial homóloga <i>post mortem</i>	218
6. Considerações finais	220
7. Referências	221

PSICOLOGIA JURÍDICA

**13. ALIENAÇÃO PARENTAL E A LEI: A JUDICIALIZAÇÃO
DAS RELAÇÕES FAMILIARES? 225**

Maria Alice Rodrigues e Vera Regina Röhnelt Ramires

1. Introdução.....	225
2. Os aspectos psicológicos da alienação parental.....	226
3. Os aspectos jurídicos da alienação parental.....	231
4. Considerações finais.....	237
5. Referências.....	239